

# PANORAMA ECONÔMICO

Miriam Leitão



## O Plano de Itararé

**O governo encomendou uma avaliação do Plano de Ação de Combate ao Desmatamento. O diagnóstico foi de que o plano deu errado em vários pontos. O governo engavetou o documento com suas conclusões incômodas: que depois de cair, o desmatamento voltou a crescer; que cresce em áreas menores e mais difíceis de detectar na medição mensal; que os assentamentos do Incra desmatam.**

Como hoje metade do desmatamento ocorre em áreas abaixo de 50 hectares, o País corre o risco de ter boas notícias mensais até ter uma péssima notícia anual.

Notícias de que o Deter, que mede o desmatamento parcial, registra queda do desmatamento, mas que quando vier o número anual, ele será negativo. Aliás, o número anual já deveria ter sido divulgado. Vai sair só no meio de dezembro.

A idéia do plano, lançado em 2003, era ambicioso: fazer 13 ministérios trabalharem na mesma direção. Por isso se falava tanto na palavra “transversalidade”.

O relatório constata que os ministérios pouco avançaram na sua parte do projeto e a maioria criou mais problemas que soluções.

Hoje haverá uma reunião da Casa Civil com ONGs ambientais, mas o documento não será apresentado.

O relatório avalia que o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) avançou em alguns pontos de 2004 para cá, mas tem vários problemas.

O maior avanço foi a tão alardeada queda do desmatamento. Como se sabe, caiu 59% de 2004 até 2007 – de 27 mil km<sup>2</sup> para 11,2 mil km<sup>2</sup>. Esta curva, que estava descendente, voltou a crescer.

O problema é que, neste ano, o governo não divulgou os dados, que saem tradicionalmente em agosto. A tendência, que o próprio documento alerta, é de alta no desmatamento.

“Os dados do Prodis devem ser divulgados em dezembro. Os indicativos de aumento no desmatamento começaram a aparecer em dezembro do ano passado, quando foram detectados números de desmatamento maiores que em dezembro de 2006”, diz o coordenador de pesquisas do Greenpeace, Marcelo Marquesini.

O relatório sobre o PPC-

DAM deveria ter saído antes, no fim de 2007, mas só ficou pronto em junho.

A reunião de hoje na Casa Civil vai tratar exatamente da revisão do plano. Amanhã tem nova reunião, com as secretarias de Meio Ambiente dos estados da Amazônia.

“O governo não quer mostrar que muita coisa não funcionou. A coordenação do plano está na Casa Civil, mas a ministra Dilma só pensa em PAC. Além disso, alguns ministérios não incorporaram as ações ou jogam contra o plano.

Na internet, o site do plano tem dados atualizados até 2005 e só alguns ministérios colocaram informações de 2007”, conta Marquesini.

O documento afirma que não há ações de fiscalização integradas entre os ministé-

O relatório constata tudo aquilo que tem sido denunciado: dificuldades de pólos de atividades sustentáveis, como na área siderúrgica.

Continua havendo desmatamento para fornecer carvão para esse setor. Uma parte do carvão sai dos assentamentos.

No eixo de “Monitoramento e Controle”, o governo aplicou mais multas, mas não conseguiu criar mecanismos efetivos para receber o pagamento das multas e nem apreender equipamentos irregulares.

E na questão do “Ordenamento Territorial e Fundiário”, muitas Unidades de Conservação não saíram do papel.

“Criaram as áreas, mas o governo não implantou as unida-

des e, agora, há problemas de invasão e de retirada de madeiras. Além disso, nos assentamentos, não são fornecidas informações técnicas sobre como cuidar da floresta. E no ordenamento fundiário, do jeito que vai, ainda vai levar de 20 a 30 anos para ver quem é dono do quê na Amazônia”.

O documento traça, ainda, a cultura ambiental dos ministérios que participam do plano. Transportes e Minas e Energia são os com

pior desempenho, e Agricultura tem reservas. Ministérios da Justiça e de Ciência e Tecnologia são os mais bem avaliados.

Escrito antes da atual crise, que derrubou os preços das commodities, o relatório alerta para o risco de os preços atrativos das matérias primas incentivarem o desmatamento, com base nos estudos já feitos e que mostram que quando o preço sobe e o financiamento cresce, o desmatamento aumenta.

O risco agora é outro. A crise pode ser o pretexto para que mais uma vez se conceda crédito aos produtores que não cumprem as exigências ambientais. A proteção da Amazônia ficaria, de novo, em segundo plano.

